



PROTOCOLO ÉTICO



Protocolo CONVIVER

Protocolo de Convivência Ética e Respeito à Diversidade

Conviver é aprender a respeitar. O compromisso do Templo Escola Pai João de Aruanda com o acolhimento, a proteção e o respeito à diversidade, com os caminhos de atendimento quando o respeito falha.

Templo Escola Pai João de Aruanda · casadepaijoao.org.br
QE 40 Rua 10 Lote 14 - Térreo - Polo de Modas,
Guará II - Brasília - Distrito Federal - CEP: 71070-510

Conviver é uma palavra simples, mas profundamente transformadora. Ela nos lembra que a verdadeira espiritualidade não se manifesta apenas nos rituais, nas orações ou nos ensinamentos que transmitimos, mas também na forma como nos relacionamos com as pessoas que caminham ao nosso lado. O maior desafio da convivência humana nunca foi estar entre iguais, mas aprender a respeitar, acolher e valorizar as diferenças. É justamente quando encontramos o diferente que somos convidados a exercitar a empatia, a maturidade, a tolerância e o amor ao próximo.

— Pai João de Aruanda

Introdução

O Templo Escola Pai João de Aruanda nasce e se fortalece a partir de uma convicção essencial: a educação é um instrumento de liberdade, consciência e transformação.

Educar é muito mais do que transmitir conhecimentos; é despertar reflexões, ampliar compreensões, romper silenciamentos e promover mudanças capazes de transformar realidades. É por meio da educação que aprendemos a reconhecer a dignidade humana, a respeitar as diferenças e a construir relações mais justas e fraternas.

Também acreditamos que o amor verdadeiro não convive com o preconceito, a discriminação ou a violência. Onde há respeito, há possibilidade de crescimento; onde há acolhimento, há espaço para a evolução espiritual. Por isso, educar também é cuidar, proteger e construir uma comunidade fundamentada na ética, na convivência harmoniosa e no reconhecimento do valor de cada pessoa.

O preconceito nasce quando deixamos de enxergar a humanidade do outro. A convivência ética nasce quando reconhecemos que ninguém precisa ser igual a nós para ser digno de respeito. Por isso, o CONVIVER não é apenas um protocolo; é um convite permanente à construção de relações mais conscientes, mais humanas e mais alinhadas aos princípios espirituais da Umbanda. Ele nos oferece referências claras para que o respeito não dependa apenas da boa vontade individual, mas se torne um compromisso coletivo de toda a comunidade.

Ao estabelecer princípios de acolhimento, proteção e respeito à diversidade, o CONVIVER ajuda a fortalecer um ambiente onde cada pessoa possa se sentir segura para ser quem é, sem medo de julgamentos, constrangimentos ou exclusão. Mais do que orientar condutas, ele busca inspirar uma cultura de convivência harmoniosa, na qual as diferenças não sejam motivo de afastamento, mas oportunidades de aprendizado e crescimento mútuo.

Em um terreiro, conviver é mais do que compartilhar o mesmo espaço; é reconhecer que todos somos parte de uma mesma corrente espiritual. E quando aprendemos a conviver com respeito, dignidade e humanidade, transformamos o terreiro em um verdadeiro espaço de evolução coletiva. Afinal, viver a Umbanda também é aprender, todos os dias, a conviver melhor uns com os outros.

Conviver é um dos maiores exercícios de evolução humana e espiritual. É fácil caminhar ao lado de quem pensa, sente e vive exatamente como nós. O verdadeiro desafio, porém, está em aprender a compartilhar espaços, construir relações e reconhecer a dignidade daqueles que são diferentes. É

justamente na convivência com a diversidade que desenvolvemos valores fundamentais como respeito, empatia, tolerância e fraternidade. O preconceito nasce quando as diferenças são transformadas em motivo de afastamento; a convivência ética nasce quando compreendemos que ninguém precisa ser igual a nós para merecer acolhimento, consideração e respeito.

Porque onde há Axé, há respeito. CONVIVER é respeitar o outro e sua existência.

José Adilson Dantas, Babá do Templo Escola Pai João de Aruanda

Histórico da Construção

O CONVIVER – Protocolo de Convivência Ética e Respeito à Diversidade nasce da compreensão de que a espiritualidade também se expressa na forma como construímos nossas relações humanas. Sua criação surge da necessidade de estabelecer mecanismos claros de proteção, orientação e convivência ética dentro do Templo Escola Pai João de Aruanda, fortalecendo um ambiente onde todas as pessoas possam exercer sua espiritualidade com segurança, respeito e dignidade.

Desde sua fundação, o Templo Escola Pai João de Aruanda tem sido marcado pela convivência entre pessoas com diferentes histórias de vida, origens, identidades e trajetórias. Nossa corrente mediúnica é formada por uma rica diversidade humana, reunindo médiuns heterossexuais, gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans, e não binárias, que compartilham o mesmo propósito de crescimento espiritual e trabalho em favor da caridade.

Essa diversidade, longe de ser um desafio a ser superado, é uma riqueza que nos convida diariamente ao aprendizado, ao respeito mútuo e à construção de uma convivência cada vez mais consciente.

Ao longo dos anos, o Templo também se tornou uma referência de acolhimento para a comunidade LGBTQIAPN+, recebendo pessoas que muitas vezes encontraram rejeição, julgamento ou exclusão em outros espaços religiosos. Muitas chegam carregando feridas provocadas pelo preconceito e pela intolerância, buscando justamente aquilo que a espiritualidade deveria oferecer: acolhimento, respeito, pertencimento e paz. O fato de tantas pessoas se sentirem seguras e confortáveis para frequentar nossa casa demonstra a importância de preservar e fortalecer essa cultura de inclusão.

Esse processo de amadurecimento institucional nos levou a compreender que o acolhimento não pode depender apenas da boa vontade individual.

É necessário transformá-lo em compromisso coletivo, estabelecendo diretrizes claras que orientem a convivência e previnam situações de discriminação.

O CONVIVER é, portanto, a expressão de uma escolha consciente: a escolha de construir um terreiro onde a diversidade seja reconhecida como parte da experiência humana, onde o respeito seja um valor inegociável e onde a convivência harmoniosa seja compreendida como um caminho de evolução coletiva. Porque acreditamos que não há verdadeira espiritualidade onde existe discriminação, e que acolher, respeitar e conviver também são formas de praticar a Umbanda.

Um Posicionamento Ético e Espiritual

Assim, o CONVIVER foi concebido não apenas como um instrumento de proteção diante de situações de LGBTQIA+fobia, mas também como uma ferramenta educativa, capaz de promover reflexão, diálogo e crescimento de toda a comunidade.

A construção desse protocolo também reconhece que o respeito se manifesta em atitudes concretas do cotidiano. Isso inclui o cuidado com a linguagem utilizada, o respeito ao nome social, às diferentes expressões de gênero, à identidade de cada pessoa e às formas pelas quais cada indivíduo deseja ser reconhecido. Inclui ainda a disposição para aprender, rever comportamentos e construir relações baseadas na empatia e na dignidade humana.

Como Templo Escola, acreditamos que ensinar e aprender fazem parte da própria prática espiritual.

Essa é uma excelente oportunidade para reconhecer, com respeito e maturidade, que algumas correntes da Umbanda influenciadas pelos valores morais de sua época reproduziram visões e práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero.

Mais do que um conjunto de normas, ele representa um compromisso ético, espiritual e institucional com a construção de um ambiente onde ninguém precise esconder quem é para viver sua fé.

Um Marco Institucional e uma Inspiração para Outros Terreiros

A criação do CONVIVER – Protocolo de Convivência Ética e Respeito à Diversidade representa um importante marco na trajetória do Templo Escola Pai João de Aruanda. Mais do que um documento institucional, ele expressa um compromisso consciente com a construção de um ambiente espiritual pautado pelo respeito, pela dignidade humana e pela convivência harmoniosa entre todas as pessoas.

No contexto religioso brasileiro, ainda são poucos os espaços de fé que assumem formalmente a responsabilidade de desenvolver diretrizes voltadas à prevenção da discriminação e à promoção da inclusão da população LGBTQIAPN+. Ao adotar essa iniciativa, o Templo não se afasta de suas raízes nem rompe com a tradição umbandista. Pelo contrário: aprofunda valores que sempre estiveram presentes na essência da Umbanda, como a caridade, a justiça, o acolhimento, o respeito às diferenças e a valorização da dignidade humana.

Por essa razão, este protocolo tem potencial para se tornar uma referência inspiradora para outros terreiros, centros espirituais e comunidades religiosas que desejem fortalecer suas práticas de acolhimento e proteção. Ele demonstra que é plenamente possível conciliar tradição e inclusão, fé e direitos humanos, espiritualidade e responsabilidade institucional.

O CONVIVER nasce do entendimento de que espiritualidade e responsabilidade social caminham juntas. Cuidar das pessoas, combater o preconceito e promover relações saudáveis também são formas de vivenciar os ensinamentos dos guias e ancestrais que sustentam nossa caminhada espiritual.

Acima de tudo, o CONVIVER afirma que é possível honrar a ancestralidade sem reproduzir exclusões, proteger a diversidade sem abrir mão dos fundamentos espirituais, respeitar a legislação vigente e fortalecer a fé por meio do acolhimento e do respeito ao próximo.

Mais do que um protocolo, o CONVIVER é um convite à construção de uma comunidade espiritual onde todas as pessoas possam existir com dignidade, desenvolver sua mediunidade com segurança e viver sua fé sem medo de discriminação.

A filosofia Ubuntu nos ensina que “Eu sou porque nós somos”. Essa sabedoria ancestral nos recorda que a existência humana é construída na relação com o outro e que ninguém floresce sozinho. Por isso, uma espiritualidade verdadeiramente comprometida com o coletivo reconhece que respeitar as diferenças não ameaça a tradição, mas a fortalece. Cada pessoa acolhida, respeitada e protegida fortalece toda a comunidade. Cada gesto de empatia amplia a força da corrente espiritual. Quando escolhemos a convivência ética em lugar do preconceito, construímos um terreiro mais justo, mais humano e mais coerente com os valores mais elevados da Umbanda, onde o crescimento individual e o crescimento coletivo caminham lado a lado.

Reconhecemos que, em diferentes momentos da história religiosa brasileira, inclusive em segmentos da própria Umbanda influenciados pelos valores sociais de seu tempo, discursos e práticas discriminatórias em relação às pessoas LGBTQIAPN+ foram naturalizados ou tolerados, produzindo exclusão, sofrimento e silenciamento.

Assumir essa realidade não significa negar a tradição, mas permitir que ela evolua de forma coerente com seus princípios mais elevados.

Toda tradição viva é capaz de aprender, rever práticas e ampliar sua compreensão sobre a dignidade humana. Nesse sentido, o CONVIVER também representa um compromisso com a reparação, o acolhimento e a construção de uma comunidade espiritual mais consciente, justa e inclusiva.

Gleison Santos Cardozo
Presidente do Templo Escola Pai João de Aruanda

O Protocolo

Parte I — Apresentação

1. Apresentação

O Templo Escola Pai João de Aruanda reconhece que toda pessoa deve ser acolhida com dignidade, respeito e humanidade, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, aparência, condição social, deficiência, religião ou qualquer outra característica individual.

A Umbanda é uma religião de ancestralidade, coexistência, e respeito às diferenças. Não há fundamento espiritual legítimo na discriminação, no preconceito, na humilhação ou na exclusão.

Este protocolo nasce do compromisso ético, espiritual e institucional do Templo com a promoção de um ambiente seguro, inclusivo e livre de LGBTQIAPN+fobia, e quaisquer formas de violência discriminatória aos associados efetivos e pessoas da assistência.

Defender a diversidade não é “ideologia”: é compromisso com a dignidade humana.

Nosso compromisso é construir um terreiro onde todas as pessoas possam coexistir com respeito, segurança e pertencimento.

1.1 Por que falar sobre isso dentro do terreiro?

Dentro dos espaços religiosos, falar sobre diversidade, respeito e combate à LGBTQIAPN+fobia ainda é um desafio necessário. Por muito tempo, pessoas LGBTQIAPN+ sofreram silenciamento, humilhações, exclusão, preconceito e diferentes formas de violência psicológica, inclusive em ambientes que deveriam representar acolhimento espiritual, cuidado e proteção. Muitas carregaram, durante anos, a dor de acreditar que sua existência, sua identidade ou sua forma de amar eram incompatíveis com a espiritualidade.

Esse sofrimento não nasce apenas da violência explícita, mas também das pequenas exclusões cotidianas, das “brincadeiras”, dos julgamentos, do constrangimento e do medo de não serem aceitas em sua integralidade. Em muitos casos, o preconceito foi naturalizado em nome da religião, produzindo afastamento, culpa, vergonha e silenciamento.

O Templo Escola Pai João de Aruanda reconhece que nenhum espaço espiritual deve reproduzir violência, medo ou exclusão. A Umbanda é uma religião de acolhimento, ancestralidade, coexistência e respeito à dignidade humana. Não existe fundamento espiritual legítimo para a humilhação, para o preconceito ou para o uso da fé como instrumento de discriminação.

Falar sobre respeito à diversidade dentro do terreiro é reafirmar que espiritualidade e dignidade caminham juntas. É reconhecer que toda pessoa merece ser acolhida com humanidade, segurança e respeito. É compreender que conviver eticamente também faz parte da evolução espiritual.

O CONVIVER nasce desse compromisso: fortalecer uma cultura de respeito, proteção e convivência ética dentro do Templo, para que ninguém precise escolher entre sua espiritualidade e o direito de existir com dignidade.

1.2 O que é o conviver

O CONVIVER é um protocolo institucional criado pelo Templo Escola Pai João de Aruanda com o propósito de fortalecer uma cultura de respeito, acolhimento e convivência ética dentro do ambiente religioso. Mais do que um conjunto de normas, o CONVIVER representa um compromisso espiritual e humano com a proteção da dignidade de todas as pessoas, especialmente diante de situações de preconceito, discriminação e LGBTQIAPN+fobia.

O protocolo nasce da compreensão de que o terreiro deve ser um espaço seguro, onde cada pessoa possa exercer sua espiritualidade sem medo de humilhação, exclusão ou violência. Por isso, o CONVIVER estabelece diretrizes de proteção, acolhimento, orientação, prevenção e combate à discriminação, promovendo práticas institucionais voltadas ao cuidado coletivo e ao respeito às diferenças.

Seu objetivo é fortalecer um ambiente respeitoso, saudável e coerente com os princípios espirituais da Umbanda, reconhecendo que espiritualidade verdadeira não combina com preconceito, silenciamento ou violência. Conviver eticamente também é uma forma de evolução espiritual, responsabilidade coletiva e prática do amor ao próximo.

O CONVIVER reafirma que o respeito à diversidade não ameaça a espiritualidade; ao contrário, amplia a capacidade humana de acolher, compreender e coexistir com dignidade.

1.3 Nosso princípio espiritual

A Umbanda é uma religião que nasce da diversidade, da ancestralidade e do encontro entre diferentes culturas, histórias e formas de viver a espiritualidade. Sua essência está na convivência, no acolhimento e no respeito à dignidade humana. O terreiro, portanto, deve ser compreendido como um espaço de coexistência, onde pessoas diferentes compartilham o mesmo ambiente espiritual com respeito, cuidado e humanidade.

Dentro dessa compreensão, não existe fundamento espiritual legítimo no preconceito, na humilhação, na exclusão ou no uso da fé como instrumento para ferir pessoas. Nenhuma prática discriminatória pode ser justificada em nome da espiritualidade, da tradição ou da religião. A fé não deve produzir medo, vergonha ou silenciamento, mas sim fortalecimento, pertencimento e dignidade.

Reconhecer e respeitar as diferenças também faz parte do processo de evolução espiritual.

Conviver eticamente é compreender que cada pessoa possui sua própria trajetória, sua própria experiência humana e sua própria forma de existir no mundo. O respeito ao outro não enfraquece a espiritualidade; ao contrário, fortalece os princípios de caridade, humanidade e equilíbrio que sustentam a Umbanda.

Por isso, o Templo Escola Pai João de Aruanda reafirma seu compromisso com a construção de um ambiente espiritual seguro, acolhedor e livre de qualquer forma de discriminação, reconhecendo que espiritualidade verdadeira não combina com violência, exclusão ou preconceito.

1.4 Princípios norteadores do CONVIVER

Como o CONVIVER tem foco específico no combate à LGBTQIA+fobia, na promoção da convivência ética e no respeito à diversidade dentro do Templo Escola Pai João de Aruanda, seus princípios podem refletir tanto os fundamentos espirituais da Umbanda quanto valores de direitos humanos, educação e convivência comunitária.

Conviver é reconhecer que as diferenças não nos afastam da espiritualidade; elas nos convidam a praticar, diariamente, o respeito, a empatia e a fraternidade. Porque ninguém evolui sozinho, e uma comunidade espiritual se fortalece quando todas as pessoas podem existir, pertencer e florescer com dignidade.

O CONVIVER fundamenta-se nos seguintes princípios:

Dignidade da Pessoa Humana:

Toda pessoa possui valor intrínseco e merece ser tratada com respeito, consideração e humanidade, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características pessoais.

Respeito à Diversidade Humana:

A diversidade é parte natural da experiência humana e da própria manifestação da vida. O reconhecimento e o respeito às diferenças fortalecem a convivência, a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento espiritual.

Igualdade e Não Discriminação:

Nenhuma pessoa poderá ser discriminada, constrangida, excluída ou ter seus direitos restringidos em razão de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero.

Convivência Ética e Fraternal:

A vida comunitária exige responsabilidade coletiva. Todas as pessoas são corresponsáveis pela construção de um ambiente respeitoso, acolhedor e livre de preconceitos. 5. Educação como Ferramenta de Transformação O Templo Escola Pai João de Aruanda reconhece a educação como instrumento de conscientização, prevenção da violência e promoção da liberdade, do respeito e da cidadania.

Acolhimento Humanizado:

Toda pessoa que vivenciar situação de discriminação ou violência deverá ser recebida com escuta qualificada, respeito, empatia, sigilo e proteção contra qualquer forma de revitimização.

Proteção da Integridade Física, Emocional e Espiritual:

A instituição compromete-se a proteger a integridade das pessoas que participam de suas atividades, promovendo um ambiente seguro para o exercício da fé, da mediunidade e da convivência comunitária.

Valorização da Identidade e do Nome Social:

O reconhecimento da identidade de cada pessoa constitui expressão de respeito à sua dignidade. O uso do nome social e o tratamento compatível com a identidade de gênero declarada serão respeitados no âmbito institucional.

Responsabilidade Institucional:

O combate à discriminação não é apenas uma responsabilidade individual, mas também institucional. O Templo assume o compromisso de prevenir, orientar, acolher e agir diante de situações de LGBTQIA+fobia.

Sigilo, Proteção e Não Revitimização:

Toda comunicação de situação discriminatória deverá ser tratada com confidencialidade, respeito e responsabilidade, evitando exposições desnecessárias e qualquer forma de constrangimento à pessoa acolhida.

Justiça Restaurativa e Cultura de Paz:

Sempre que possível e compatível com a proteção da pessoa ofendida, as ações institucionais buscarão promover reflexão, responsabilização, mudança de comportamento e fortalecimento da convivência respeitosa.

Ubuntu – “Eu Sou Porque Nós Somos”:

O CONVIVER inspira-se na filosofia Ubuntu, que ensina que a humanidade de cada pessoa está profundamente ligada à humanidade de todas as outras. Reconhecemos que ninguém evolui sozinho e que o bem-estar coletivo depende da capacidade de acolher, respeitar e cuidar uns dos outros. Assim, a proteção da dignidade de cada indivíduo fortalece toda a comunidade espiritual.

Coerência com os Fundamentos da Umbanda:

A Umbanda é uma religião de acolhimento, caridade, justiça, ancestralidade e respeito à dignidade humana. Nenhuma interpretação religiosa poderá ser utilizada para justificar discriminação, humilhação, exclusão ou violência contra qualquer pessoa.

Parte II – Entendendo a Diversidade

Entendendo a Diversidade:

Cada pessoa possui sua própria trajetória, identidade e forma de existir no mundo. Respeitar alguém não significa necessariamente compreender completamente sua experiência, mas reconhecer sua dignidade humana e seu direito de viver sem humilhação, exclusão ou violência.

Primeiramente é preciso entender que existe o sexo biológico que se refere às características físicas, anatômicas e genéticas (cromossomos, genitália e hormônios) com as quais uma pessoa nasce. Porém, existe ainda a diversidade de gênero, que é o reconhecimento de que a vivência, expressão e identidade de gênero vão além das normas tradicionais, englobando uma infinidade de formas de ser e existir, em resumo é como o indivíduo se enxerga e/ou se reconhece. Além disso existe ainda a forma como o indivíduo se relaciona com o outro sexual ou afetivamente, que é sua orientação sexual.

O que é Sexo Biológico:

O sexo biológico costuma ser classificado ao nascimento como masculino ou feminino com base na genitália visível. No entanto, a biologia é mais complexa e não é estritamente binária: Fêmea e Macho. Categorias ligadas à combinação de cromossomos (como XX e XY) e órgãos reprodutivos como é o caso do Intersexo.

- **Masculino (homem):** Indivíduo que ao nascer possui cromossomos, genitália, composição hormonal masculina.
- **Feminino (mulher):** Indivíduo que ao nascer possui cromossomos, genitália, composição hormonal feminina.
- **Intersexo:** Pessoas que nascem com variações anatômicas, genéticas ou hormonais que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino.

O que é a Diversidade de Gênero:

Enquanto o sexo está no corpo, o gênero está na mente e na interação social. A diversidade de gênero engloba a multiplicidade de identidades e expressões, destacando que o gênero não se resume a “homem” ou “mulher”. É uma construção social e a percepção interna e profunda que cada indivíduo tem de si mesmo, podendo ser homem, mulher, ambos ou nenhum.

Os principais conceitos incluem:

- **Cisgênero:** Pessoas cuja identidade de gênero está em total harmonia/concordância com o sexo biológico atribuído no nascimento. Quando uma criança nasce, geralmente as pessoas dizem: “é menino” ou “é menina” com base apenas nas características biológicas do corpo.
- **Transgênero (ou Trans):** Pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo biológico designado ao nascer.
- **Não-Binária (ou não binário):** Termo guarda-chuva para quem não se identifica exclusivamente com o gênero masculino ou feminino, englobando identidades como agênero, gênero-fluido, entre outras.
- **Expressão de Gênero:** É a forma como a pessoa demonstra seu gênero para o mundo (através de roupas, cortes de cabelo, comportamento e maneirismos), o que é uma construção social.

O que é Orientação Sexual:

Trata-se da direção ou inclinação do desejo afetivo e erótico do indivíduo em relação às outras pessoas, ou seja, com quem ele se relaciona. É importante ressaltar que essa orientação se dá a partir do gênero representado pelo outro, o que independe do modo como o indivíduo se identifica.

Nesse campo temos as seguintes orientações:

- **Heterossexual:** pessoa que se sente atraída pela representação de gênero diferente da sua, não se limitando ao sexo biológico;
- **Homossexual:** pessoa que se sente atraída pela representação de gênero igual à sua, não se limitando ao sexo biológico;
- **Bissexual:** pessoas que se sentem atraídas pelas duas representações clássicas de gênero: homem e mulher;
- **Pansexual:** pessoas que se sentem atraídas por qualquer representação de gênero. Aqui a pessoa não se limita a representações de masculino ou feminino, gosta de pessoas no geral;
- **Assexual:** pessoas que não sentem atração sexual por outras pessoas.

A despeito de todas essas formas de orientar-se sexualmente, podemos afirmar que a orientação sexual é uma condição, pois diz respeito a uma tendência natural do indivíduo e não a uma escolha ou opção consciente.

Breve Histórico da Evolução das Siglas da diversidade:

As formas de nomear a diversidade sexual e de gênero mudaram ao longo do tempo porque a sociedade também mudou. A evolução das siglas representa não apenas novas letras, mas principalmente o reconhecimento da existência, da dignidade e da representatividade de diferentes

peças e experiências humanas que, por muitos anos, foram invisibilizadas ou marginalizadas.

GLS - O apoio a visibilidade

Na década de 1990, tornou-se popular no Brasil a sigla GLS, que significava: Gays, Lésbicas, Simpatizantes.

O termo “simpatizantes” era utilizado para incluir pessoas heterossexuais que apoiavam ou conviviam com a comunidade. Embora tenha tido importância histórica naquele momento, a sigla era limitada porque não representava toda a diversidade existente, deixando de fora, por exemplo, pessoas bissexuais, trans e outras identidades. Com o tempo, o movimento passou a compreender que apoio não é identidade, e que era necessário ampliar a representatividade.

LGBTs – O posicionamento político e ampliação da visibilidade

Posteriormente, a sigla LGBTs passou a ser utilizada com maior força, representando: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis.

Essa mudança foi importante porque trouxe maior reconhecimento às pessoas bissexuais e trans, grupos historicamente invisibilizados até mesmo dentro dos debates sobre diversidade. A adoção da letra “L” na frente também representou um posicionamento político importante de valorização da visibilidade das mulheres lésbicas, frequentemente apagadas em espaços sociais e institucionais.

LGBTQIAPN+ - A diversidade é múltipla e plural

Com o passar dos anos, novas letras foram incorporadas à sigla para ampliar o reconhecimento das múltiplas experiências humanas relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero e diversidade corporal.

Essa evolução não significa “excesso de letras”, como muitas vezes se diz de forma preconceituosa. Ela representa um processo histórico de visibilidade, reconhecimento e proteção de pessoas que, durante muito tempo, sofreram exclusão, violência, humilhação e silenciamento.

Dar visibilidade a todas as pessoas, corpos e existências:

A existência das siglas também possui um importante papel de representatividade. Quando uma pessoa vê sua identidade reconhecida socialmente, ela deixa de ocupar um lugar de invisibilidade.

Representatividade significa reconhecer que todas as pessoas têm o direito de existir com dignidade, respeito e humanidade. Significa tornar visíveis histórias, identidades e experiências que, durante muito tempo, foram silenciadas, apagadas ou tratadas como se não tivessem valor. Quando uma pessoa vê sua identidade reconhecida e respeitada, ela deixa de ocupar um lugar de invisibilidade e passa a compreender que sua existência também possui legitimidade, pertencimento e importância social.

Promover representatividade é combater o apagamento histórico de grupos que sofreram exclusão, preconceito e violência. É afirmar que nenhuma pessoa deve ser humilhada, discriminada ou afastada de espaços sociais, familiares, profissionais ou religiosos por ser quem é.

Dentro dos espaços religiosos, a representatividade também possui um papel profundamente espiritual e humano. Ela reafirma que a espiritualidade não deve ser utilizada para excluir, silenciar ou produzir sofrimento, mas para acolher, orientar e fortalecer a convivência ética entre diferentes pessoas e experiências humanas.

Mais do que letras, essas siglas representam pessoas reais, histórias reais e trajetórias marcadas pela busca por respeito, segurança e humanidade.

Compreender essa evolução ajuda a construir convivência mais ética, empática e respeitosa dentro da sociedade e também dentro dos espaços religiosos.

Ficando por dentro da sigla:

A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade das formas de viver a identidade, o afeto, a sexualidade e a expressão de gênero humanas. Cada letra da sigla representa diferentes experiências humanas:

- **Lésbicas (L):** São mulheres que sentem afeto, amor ou atração emocional e/ou sexual por outras mulheres. A palavra deriva da ilha de Lesbos, na Grécia Antiga. Ela faz referência à poetisa grega Safo que viveu nessa ilha e escreveu poemas detalhando seu amor por outras mulheres. Por isso, o termo também já foi chamado de "safismo".
- **Gays (G):** São homens que sentem afeto, amor ou atração emocional e/ou sexual por outros homens. O termo "gay" também pode ser utilizado de forma mais ampla para pessoas homossexuais, pois o termo traz leveza e não restringe a pessoa a um ser sexual.
- **Bissexuais (B):** São pessoas que podem sentir afeto ou atração por mais de um gênero. Uma pessoa bissexual pode se relacionar afetivamente com homens, mulheres ou outras identidades de gênero.
- **Transexuais, Travestis e Pessoas Transgênero (T):** Essa é uma das partes da sigla que mais gera dúvidas no senso comum, por isso é importante compreender com respeito e clareza. A letra "T" representa pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento.
 - **Mulher Trans:** Uma pessoa registrada como homem ao nascer, mas que se reconhece e vive como mulher.
 - **Homem Trans:** Uma pessoa registrada como mulher ao nascer, mas que se reconhece e vive como homem.
 - **Travestis:** No Brasil e em muitos países da América Latina, "travesti" é uma identidade de gênero própria e legítima. Historicamente, pessoas travestis sofreram enorme violência, exclusão social e marginalização, muitas assumem o termo "travesti" com orgulho, resistência e identidade própria.

Pessoas Transexuais são pessoas que podem buscar mudanças sociais, corporais ou jurídicas para viver de acordo com sua identidade de gênero. Essas mudanças podem ou não incluir (uso de novo nome social; mudança de documentos; hormonização; cirurgias de ressignificação sexual; e mudança na forma de se apresentar socialmente).

Mas é importante compreender que uma pessoa não precisa realizar cirurgia para ser reconhecida como trans. A sua identidade, o nome social e o pronome de tratamento devem ser respeitados independentemente de aparência física ou procedimentos médicos.

- **Queer (Q):** É um termo utilizado por pessoas que não se identificam com padrões tradicionais de gênero ou sexualidade. Algumas pessoas queer preferem não se encaixar em definições rígidas.
- **Intersexo (I):** São pessoas que nascem com características biológicas (genitais, hormonais ou cromossômicas) que não se encaixam totalmente nas definições típicas de corpo masculino ou feminino. Intersexo não é orientação sexual nem identidade de gênero. É uma variação biológica humana natural.
- **Assexuais (A):** São pessoas que sentem pouca, rara ou nenhuma atração sexual. Isso não significa incapacidade de amar, criar vínculos ou ter afeto.
 - **Demisexual:** Pessoa que só sente atração sexual quando há uma conexão emocional, psicológica e profunda. Está dentro do espectro da assexualidade.
- **Pansexuais (P):** São pessoas que podem sentir atração afetiva ou amorosa independentemente do gênero da outra pessoa. A conexão afetiva não depende se a pessoa é homem, mulher, trans ou não-binária.
- **Não Binaries (N):** Pode se identificar com uma combinação de gêneros, com nenhum deles ou com uma identidade própria fora do binarismo. A identidade não binária pode ou não envolver mudanças no corpo, no nome ou nos pronomes.
 - **Gênero Fluido:** Uma pessoa de gênero fluido é aquela cuja identidade de gênero não é fixa, transitando entre diferentes gêneros ou expressões (como masculino, feminino, neutro ou outros) ao longo do tempo. Como a identidade flui, os pronomes preferidos da pessoa também podem mudar (por exemplo, usar ele, ela ou pronomes neutros como elu em diferentes momentos).
- **+ (mais):** O símbolo "+" foi incorporado à sigla para representar todas as identidades, orientações afetivo sexuais, expressões de gênero e experiências humanas que não estão explicitamente contempladas pelas letras anteriores.

Sua presença reconhece que a diversidade humana é muito mais ampla do que qualquer sigla consegue descrever completamente. A forma como as pessoas vivenciam sua identidade, seus afetos, sua sexualidade e sua relação com o mundo é diversa, dinâmica e, muitas vezes, singular.

O "+" é, portanto, um símbolo de inclusão. Ele demonstra que a sigla está aberta para acolher pessoas que possam não se identificar diretamente com as categorias já nomeadas, mas que também enfrentam invisibilidade, preconceito ou discriminação por serem quem são.

Mais do que listar categorias, o símbolo "+" nos convida a uma reflexão importante: a dignidade de uma pessoa não depende de ela caber perfeitamente em uma definição ou rótulo. Cada ser humano possui sua própria história, sua própria forma de existir e seu próprio caminho de construção da identidade.

Por isso, o “+” também representa respeito, escuta, acolhimento e a compreensão de que a experiência humana é vasta demais para ser limitada por classificações rígidas. Ele nos lembra que o mais importante não é decorar siglas, mas aprender a conviver com empatia, reconhecer a humanidade do outro e respeitar sua existência.

Parte III — O Combate a LGBTQIAPN+fobia

O Combate a LGBTQIAPN+fobia

LGBTQIAPN+fobia é toda forma de preconceito, discriminação, rejeição, humilhação ou violência praticada contra pessoas LGBTQIAPN+ em razão de sua orientação sexual, identidade de gênero ou forma de existir. Muitas vezes, quando se fala em violência, as pessoas pensam apenas em agressões físicas. No entanto, nem toda violência deixa marcas visíveis no corpo. Existem violências que atingem profundamente a dignidade, a autoestima, a segurança emocional e o sentimento de pertencimento de uma pessoa.

A LGBTQIAPN+fobia pode se manifestar de maneiras que, por vezes, são naturalizadas no cotidiano, como piadas ofensivas, comentários constrangedores, exclusões, humilhações públicas, isolamento, apelidos pejorativos, desrespeito ao nome social ou tentativas de ridicularizar a identidade de alguém. Também pode ocorrer através do silenciamento, quando a pessoa é desencorajada a falar sobre si mesma ou a ocupar determinados espaços por medo de julgamento ou rejeição.

Em ambientes religiosos, essa violência pode aparecer ainda de forma mais dolorosa, quando a espiritualidade é utilizada para condenar, culpar ou diminuir pessoas LGBTQIAPN+. O uso da fé como instrumento de medo, vergonha ou exclusão causa sofrimento emocional profundo e contradiz os princípios de acolhimento, dignidade humana e respeito ao próximo.

Reconhecer a LGBTQIAPN+fobia como uma forma de violência é fundamental para construir ambientes mais seguros, éticos e humanos. Nenhuma pessoa deve ser humilhada, afastada ou constrangida por ser quem é. O respeito às diferenças também faz parte da convivência ética e da responsabilidade espiritual coletiva.

A LGBTQIAPN+fobia é crime no Brasil.

Desde 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ADO 26 e o MI 4733, reconheceu que a homofobia e a transfobia constituem formas de discriminação equivalentes ao racismo, determinando sua aplicação com base na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Racismo), até que exista legislação específica sobre o tema no Brasil.

Na prática, isso significa que atos de preconceito, discriminação, humilhação, exclusão, violência ou incitação ao ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ passaram a possuir responsabilização jurídica mais severa e específica. A decisão reconhece que a violência motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero não é “opinião”, “brincadeira” ou “questão religiosa”, mas uma violação da dignidade humana e dos direitos fundamentais.

A decisão do STF também estabeleceu importantes consequências legais. Os crimes equiparados ao racismo são considerados:

- **inafiançáveis**, ou seja, não podem ser resolvidos mediante pagamento de fiança;
- **imprescritíveis**, significando que o direito de responsabilização não desaparece com o passar do tempo;
- **sujeitos à pena de reclusão**, que pode chegar a até 5 anos, dependendo da gravidade da conduta praticada.

Além disso, determinadas ofensas direcionadas à dignidade de uma pessoa LGBTQIAPN+ também podem ser enquadradas como injúria racial, especialmente quando há intenção de humilhar, inferiorizar ou atacar sua identidade. Isso amplia a responsabilização criminal do autor da violência.

É importante compreender que liberdade religiosa, liberdade de expressão ou opinião pessoal não autorizam práticas discriminatórias ou violentas.

O que o terreiro não tolera

Nenhuma forma de discriminação será naturalizada. O CONVIVER parte de um princípio fundamental: nenhuma forma de discriminação pode ser tratada como normal, aceitável ou “brincadeira” dentro do ambiente espiritual. O terreiro deve ser um espaço de respeito, dignidade e convivência ética entre todas as pessoas. Por isso, atitudes que provoquem humilhação, exclusão, constrangimento ou sofrimento em razão da orientação sexual ou identidade de gênero de alguém não serão toleradas.

O protocolo combate práticas LGBTQIAPN+fóbicas em todas as suas formas, inclusive aquelas muitas vezes minimizadas ou naturalizadas no cotidiano. Comentários ofensivos, piadas humilhantes, apelidos pejorativos, constrangimentos públicos, perseguições, exclusões de funções ou atividades, isolamento social e qualquer forma de violência psicológica ou discriminação institucional ferem diretamente os princípios de respeito e acolhimento defendidos pelo Templo Escola Pai João de Aruanda.

Também não será admitido o uso da espiritualidade, da hierarquia religiosa ou de interpretações pessoais da fé para constranger, inferiorizar ou excluir pessoas LGBTQIAPN+. Nenhuma prática religiosa legítima deve produzir medo, vergonha ou sofrimento.

O CONVIVER reafirma que respeito não é favor, tolerância não é concessão e dignidade não pode depender da aceitação de terceiros. Toda pessoa tem direito de existir, participar e conviver no ambiente espiritual com segurança, humanidade e respeito às suas diferenças.

Parte IV — Educação e Acolhimento

Uma questão Educativa:

O Templo Escola Pai João de Aruanda compreende que a educação é uma das mais importantes ferramentas de proteção, transformação social e fortalecimento da convivência ética. Como templo-escola, nossa missão espiritual também envolve orientar consciências, promover reflexão e construir relações mais humanas, respeitadas e responsáveis dentro e fora do ambiente religioso.

O CONVIVER nasce justamente desse compromisso educativo. Mais do que combater situações de preconceito e LGBTQIAPN+fobia, o protocolo busca prevenir violências por meio da informação, do diálogo e da formação contínua do corpo mediúnico e da comunidade espiritual. Acreditamos que ambientes seguros não se constroem apenas com regras, mas principalmente com consciência, escuta e aprendizado coletivo.

Por isso, o CONVIVER prevê a realização de rodas de conversa, estudos, campanhas educativas, cartilhas informativas e orientações institucionais voltadas à convivência ética e ao respeito à diversidade humana. Essas ações têm como objetivo ampliar o entendimento sobre preconceito, discriminação, dignidade humana, identidade de gênero, orientação sexual e responsabilidade espiritual nas relações cotidianas.

A formação contínua também busca desconstruir violências naturalizadas culturalmente, promovendo uma espiritualidade baseada no acolhimento, no respeito às diferenças e na valorização da humanidade de cada pessoa. Em um templo-escola, aprender também é um ato espiritual. Ensinar respeito é ensinar cuidado. Promover consciência é fortalecer proteção coletiva.

Educar para a convivência ética é reafirmar que nenhuma forma de humilhação, exclusão ou discriminação deve ser normalizada. O conhecimento transforma ambientes, rompe silenciamentos e fortalece a construção de uma comunidade espiritual mais justa, segura e verdadeiramente acolhedora para todos e todas.

Conviver é responsabilidade coletiva:

O CONVIVER parte do entendimento de que a construção de um ambiente espiritual seguro, acolhedor e respeitoso não depende apenas da direção da casa ou de protocolos institucionais. Ela depende da postura cotidiana de cada médium, dirigente e integrante da comunidade espiritual.

Conviver de forma ética é uma responsabilidade coletiva. Cada pessoa dentro do terreiro possui papel importante na preservação de um ambiente onde todas as pessoas possam existir com dignidade, segurança e respeito. Isso significa compreender que preconceitos, humilhações e discriminações não podem ser tratados como algo normal, engraçado ou sem importância. Pequenas atitudes, palavras e comportamentos também constroem ou destroem ambientes.

O papel de cada médium inclui respeitar as diferenças humanas, acolher as pessoas com humanidade e interromper atitudes discriminatórias sempre que presenciadas. Permanecer em silêncio diante de humilhações ou violências também contribui para a manutenção do sofrimento e da exclusão. O cuidado coletivo exige responsabilidade coletiva.

Também é necessário atenção à forma como falamos, brincamos e nos relacionamos. Comentários ofensivos, ironias, apelidos pejorativos, “piadas” preconceituosas ou falas que constroem pessoas LGBTQIAPN+ não combinam com os princípios espirituais da Umbanda nem com a ética de convivência proposta pelo Templo Escola Pai João de Aruanda.

Como templo escola, acreditamos que espiritualidade também se manifesta na maneira como tratamos o outro.

Não existe evolução espiritual verdadeira quando há humilhação, exclusão ou violência nas relações humanas. A espiritualidade deve ser instrumento de consciência, respeito, acolhimento e transformação.

Conviver de forma ética é compreender que ninguém deve ser diminuído por ser quem é. É reconhecer que respeito não é favor, mas compromisso humano e espiritual de toda a comunidade mediúnica.

O CONVIVER nasce como expressão do compromisso ético, espiritual e humano do Templo Escola Pai João de Aruanda com a construção de um ambiente seguro, respeitoso e livre de discriminação. Mais do que um protocolo institucional, ele representa um posicionamento coletivo de cuidado, consciência e responsabilidade diante da convivência humana dentro do espaço espiritual.

Reconhecemos que a espiritualidade não pode caminhar ao lado da humilhação, do preconceito, do silenciamento ou da exclusão. Terreiro é espaço de ancestralidade, acolhimento, coexistência e dignidade. Nenhuma pessoa deve sentir medo de ser quem é dentro de um ambiente que existe para fortalecer o espírito, promover evolução e ensinar humanidade.

O CONVIVER reafirma que respeitar as diferenças não enfraquece a tradição espiritual, ao contrário, fortalece os princípios mais profundos da Umbanda: caridade, justiça, acolhimento, equilíbrio e respeito à dignidade humana.

Cuidar das relações também é parte do trabalho espiritual. Por isso, acolher, respeitar e proteger não são apenas atitudes sociais. São práticas espirituais. São formas concretas de viver os ensinamentos de amor, responsabilidade e convivência ética que sustentam nossa caminhada dentro da Umbanda.

Mais do que palavras, o CONVIVER é um compromisso permanente de construir um terreiro onde todas as pessoas possam existir com segurança, pertencimento e respeito.

Porque praticar a Umbanda também é aprender a conviver com humanidade.

O acolhimento institucional:

O acolhimento institucional existe para garantir que nenhuma pessoa enfrente sozinha situações de discriminação, constrangimento ou violência dentro do ambiente espiritual. Toda pessoa que sofrer qualquer forma de preconceito ou LGBTQIAPN+fobia poderá procurar o acolhimento do Templo, sendo recebida com respeito, dignidade e responsabilidade.

O objetivo do acolhimento não é julgar, expor ou pressionar ninguém, mas oferecer um espaço seguro de escuta, orientação e proteção. A pessoa acolhida terá sua palavra respeitada e poderá relatar o ocorrido no seu tempo, sem constrangimentos e sem obrigação de tomar decisões imediatas.

Durante o acolhimento, serão garantidos o sigilo e a confidencialidade das informações compartilhadas, preservando a integridade emocional e a privacidade da pessoa acolhida. O Templo também se compromete a protegê-la contra exposições indevidas, humilhações, comentários ofensivos ou qualquer forma de retaliação institucional.

A escuta será conduzida de maneira ética, respeitosa e humanizada, sem julgamentos, ironias ou tentativas de minimizar o sofrimento relatado. O acolhimento reconhece que experiências de discriminação podem gerar medo, insegurança, vergonha, sofrimento emocional e afastamento espiritual, razão pela qual o cuidado deve ser realizado com sensibilidade e responsabilidade.

Além da escuta, a pessoa acolhida poderá receber orientações sobre seus direitos, sobre os caminhos institucionais possíveis e, quando desejar, sobre formas de buscar apoio externo e proteção jurídica.

O compromisso do Templo é assegurar que nenhuma pessoa seja silenciada, humilhada ou deixada sem amparo diante de situações de preconceito ou violência.

Como funciona o acolhimento?

Toda pessoa que sofrer situação de discriminação poderá:

- procurar acolhimento institucional;
- ser ouvida com respeito;
- receber orientação;
- ter sigilo preservado;
- ser protegida contra exposição e humilhação.

A escuta será:

- ética;
- respeitosa;
- humanizada;
- sem julgamentos.

O compromisso do templo:

O Templo Escola Pai João de Aruanda assume publicamente o compromisso de construir um ambiente espiritual fundamentado no respeito, na dignidade humana e na convivência ética entre todas as pessoas. Reconhecemos que a Umbanda nasce da diversidade, da ancestralidade e do encontro entre diferentes trajetórias humanas, e que nenhum espaço religioso deve reproduzir exclusão, preconceito ou violência.

Nosso compromisso institucional inclui promover o respeito às diferenças e acolher pessoas LGBTQIAPN+ com humanidade, segurança e dignidade, sem discriminação, constrangimento ou silenciamento. Entendemos que acolher não é apenas permitir a presença de alguém no espaço religioso, mas garantir que essa pessoa possa conviver, participar e exercer sua espiritualidade de forma respeitosa e segura.

O Templo também se compromete a combater atitudes discriminatórias, práticas LGBTQIAPN+fóbicas e qualquer forma de humilhação, exclusão ou violência, seja ela explícita ou velada. Isso inclui enfrentar comentários ofensivos, "brincadeiras" constrangedoras, perseguições, discriminações institucionais e o uso inadequado da espiritualidade para inferiorizar pessoas.

Além disso, assumimos a responsabilidade de orientar continuamente o corpo mediúnico e fortalecer uma cultura de convivência ética, baseada no diálogo, no respeito mútuo e na responsabilidade coletiva. A construção de um ambiente seguro depende do compromisso de toda a comunidade espiritual em não naturalizar preconceitos e em agir com consciência diante das diferenças.

Construir um terreiro seguro para todos e todas é um compromisso espiritual, ético e humano. O respeito às diferenças não enfraquece a espiritualidade, ao contrário, fortalece os princípios de justiça, acolhimento e humanidade que sustentam a Umbanda.

Nosso compromisso institucional:

O Templo Escola Pai João de Aruanda compromete-se a:

- promover respeito às diferenças;
- acolher pessoas LGBTQIAPN+ com dignidade;
- combater situações discriminatórias;
- orientar o corpo mediúnico;
- fortalecer convivência ética;
- construir ambiente seguro para todos e todas.

Parte V — Linguagem Respeitosa

Diretrizes de Linguagem Respeitosa:

A forma como nos comunicamos também constrói o ambiente espiritual. Palavras podem acolher, orientar, fortalecer e proteger — mas também podem humilhar, excluir, constranger e produzir sofrimento.

O Templo Escola Pai João de Aruanda reconhece que a convivência ética depende não apenas das intenções, mas também da maneira como falamos, brincamos, nos dirigimos às pessoas e reproduzimos valores dentro do ambiente religioso.

Estas diretrizes têm como objetivo orientar o corpo mediúnico e a comunidade espiritual para uma comunicação baseada no respeito à dignidade humana, no acolhimento das diferenças e na prevenção de práticas discriminatórias.

1. Princípios da Linguagem Respeitosa

A comunicação dentro do Templo deve ser:

- respeitosa;
- acolhedora;
- ética;
- consciente;
- não discriminatória;
- livre de humilhações e constrangimentos.

Nenhuma pessoa deve ser exposta, ridicularizada ou diminuída por:

- orientação sexual;
- identidade de gênero;
- nome social;
- expressão de gênero;
- aparência;
- corpo;
- raça;
- deficiência;
- condição social;
- crença;
- trajetória de vida.

2. O Respeito ao Nome Social

O nome social é um direito e uma forma de reconhecimento da dignidade da pessoa.

Por isso:

- o nome social deve ser respeitado em todas as interações;
- evitar insistir no nome de registro quando a pessoa não deseja utilizá-lo;
- constranger alguém pelo nome social constitui desrespeito e pode configurar discriminação.

Se houver dúvida:

👉 pergunte com respeito como a pessoa prefere ser chamada.

3. Atenção ao uso dos pronomes de tratamento

Pronomes e desinências neutras servem tanto para generalizar sem marcar gênero, quanto para respeitar e reconhecer pessoas que se identificam dessa forma.

O respeito e o uso dos pronomes corretos são pequenas atitudes que fazem um mundo de diferenças. Os pronomes são palavras que usamos para nos referir a alguém sem chamar seu nome. Exemplos: Ele/dele, Ela/dela, Elu/Delu.

Pode até parecer difícil no começo aprender uma nova forma de usar o gênero neutro na linguagem, mas não é impossível. Com atenção, escuta e prática, toda pessoa consegue se adaptar para não excluir ninguém.

4. Cuidados com Piadas e “Brincadeiras”

Nem toda “brincadeira” é inofensiva.

Comentários irônicos, apelidos, piadas ou insinuações sobre:

- sexualidade;

- identidade de gênero;
- aparência;
- masculinidade ou feminilidade;
- corpo;
- comportamento;

podem gerar:

- humilhação;
- exclusão;
- sofrimento emocional;
- constrangimento;
- violência psicológica.

O fato de alguém rir, permanecer em silêncio ou não reagir imediatamente não significa que não houve violência.

No ambiente espiritual:

👉 humor nunca deve acontecer às custas da dignidade de outra pessoa.

5. O Que Evitar

- termos ofensivos;
- apelidos pejorativos;
- comentários invasivos sobre corpo ou sexualidade;
- "curiosidades" constrangedoras;
- frases que reforcem estereótipos;
- expressões preconceituosas naturalizadas culturalmente;
- uso da espiritualidade para julgar ou inferiorizar pessoas.

Também devem ser evitadas frases como:

- "isso é falta de desenvolvimento espiritual";
- "na minha época isso não existia";
- "é só uma fase";
- "você precisa se corrigir espiritualmente";
- "não tenho preconceito, mas..."

Falas assim reforçam exclusão e sofrimento.

6. O Que Incentivar

Fortalecer linguagem respeitosa significa:

- chamar as pessoas da forma como desejam ser chamadas;

- ouvir sem debochar;
- acolher sem julgamento;
- corrigir falas preconceituosas com responsabilidade;
- praticar empatia;
- compreender limites;
- respeitar diferenças.

Também significa saber reconhecer erros e mudar atitudes quando necessário.

7. Espiritualidade Não Justifica Violência

Nenhuma crença, interpretação religiosa ou prática espiritual pode ser utilizada para:

- humilhar;
- excluir;
- constranger;
- inferiorizar;
- silenciar pessoas LGBTQIA+.

O uso da espiritualidade como instrumento de medo, culpa ou opressão contradiz os princípios éticos da convivência e da dignidade humana.

8. Responsabilidade Coletiva

Promover convivência ética é responsabilidade de toda a comunidade espiritual.

Isso significa:

- interromper situações de humilhação;
- não reforçar preconceitos;
- orientar com respeito;
- cuidar da forma como falamos;
- compreender o impacto das palavras.

Silenciar diante da discriminação também contribui para sua continuidade.

9. Princípio Final

Falar com respeito também é uma prática espiritual.

A linguagem pode:

- acolher ou excluir;
- proteger ou ferir;
- fortalecer ou silenciar.

Por isso, toda comunicação dentro do Templo Escola Pai João de Aruanda deve refletir os princípios de dignidade humana, convivência ética e respeito às diferenças.

Respeitar a existência do outro também é praticar a Umbanda.

Parte VI — Diante do Descumprimento do CONVIVER

Medidas Institucionais Diante de Situações de LGBTQIAPN+fobia, Discriminação ou Descumprimento do CONVIVER

Princípios Gerais:

As medidas previstas neste protocolo possuem natureza educativa, protetiva e administrativa, visando preservar a convivência ética, a dignidade das pessoas envolvidas e a harmonia institucional.

O Templo Escola Pai João de Aruanda não exerce função judicial ou investigativa criminal, mas possui o dever institucional de agir diante de comportamentos incompatíveis com seus princípios éticos, espirituais e comunitários.

As medidas adotadas observarão:

- A proteção da pessoa acolhida;
- O respeito à dignidade de todas as pessoas envolvidas;
- O contraditório e a possibilidade de manifestação da pessoa apontada no relato;
- A proporcionalidade da medida aplicada;
- A prevenção de novas ocorrências;
- O compromisso educativo do Templo.

Compromisso Restaurativo:

Sempre que possível e sem prejuízo da proteção da pessoa ofendida, o Templo buscará promover processos de conscientização e responsabilização que favoreçam a mudança de comportamento, a reparação das relações e o fortalecimento da convivência ética.

O objetivo do CONVIVER não é punir pessoas por suas dúvidas ou desconhecimento, mas combater práticas discriminatórias e construir uma comunidade cada vez mais respeitosa, segura e acolhedora para todos e todas.

Um diferencial interessante para o CONVIVER é que ele pode prever uma escala progressiva de intervenção: orientar → educar → advertir → restringir funções → afastar → desligar. Isso reforça o caráter de Templo Escola, onde a educação é a primeira resposta, sem abrir mão da firmeza quando há discriminação ou reincidência.

Situações Passíveis de Intervenção Institucional

Poderão ensejar intervenção da Diretoria e da Comissão responsável:

- Comentários LGBTQIAPN+fóbicos;

- Piadas ou “brincadeiras” discriminatórias;
- Recusa reiterada ao uso do nome social;
- Exposição vexatória ou humilhante;
- Constrangimentos públicos;
- Exclusão de atividades em razão da orientação sexual ou identidade de gênero;
- Divulgação de conteúdo discriminatório em grupos institucionais;
- Perseguição ou intimidação;
- Uso de argumentos religiosos para inferiorizar, constranger ou excluir pessoas LGBTQIA+;
- Qualquer outra conduta incompatível com os princípios do CONVIVER.

Medidas Educativas:

Nas situações de menor gravidade ou quando não houver reincidência, poderão ser adotadas:

I – Orientação Individual

Conversa educativa conduzida pela Diretoria ou Comissão responsável, com esclarecimento sobre:

- Os princípios do CONVIVER;
- O impacto da conduta praticada;
- A importância do respeito à diversidade.

II – Advertência Verbal

Registro interno de orientação formal, reforçando a necessidade de adequação da conduta.

III – Participação em Atividade Formativa

Convite ou determinação para participação em:

- Estudos;
- Rodas de conversa;
- Atividades educativas;
- Formações sobre convivência ética e diversidade.

Medidas Administrativas:

Quando houver gravidade, reincidência ou resistência à mudança de comportamento, poderão ser adotadas:

I – Advertência Escrita

Registro formal da ocorrência e da orientação institucional realizada.

II – Restrição Temporária de Funções

Afastamento temporário de funções de representação, coordenação, liderança ou apoio institucional.

III – Reorganização de Escalas ou Atividades

Quando necessário para proteger a pessoa ofendida e preservar a convivência.

IV – Afastamento Cautelar

Em situações graves ou que representem risco de continuidade da violência, discriminação ou constrangimento.

O afastamento cautelar:

- Não constitui punição definitiva;
- Não implica reconhecimento automático de culpa;
- Possui finalidade preventiva e protetiva.

Situações de Maior Gravidade:

Serão consideradas especialmente graves:

- LGBTQIAPN+fobia reiterada;
- Humilhações públicas;
- Perseguição continuada;
- Discriminação praticada por dirigentes, sacerdotes ou pessoas em posição de autoridade;
- Incitação ao ódio ou à exclusão;
- Retaliações contra quem buscar acolhimento;
- Divulgação de informações sigilosas relativas ao acolhimento.

Nessas hipóteses, a Diretoria Espiritual poderá deliberar diretamente sobre medidas administrativas mais severas.

Desligamento do Quadro Associativo:

Poderá ser proposto o desligamento do associado quando houver:

- Conduta discriminatória grave;
- Reincidência após medidas educativas e administrativas;
- Atitudes incompatíveis com os princípios éticos e espirituais do Templo;
- Prática de violência psicológica ou institucional motivada por preconceito;
- Quebra irreparável da confiança necessária à convivência comunitária.

O desligamento observará as disposições estatutárias aplicáveis.

Proteção Contra Retaliações:

É vedada qualquer forma de:

- Perseguição;
- Intimidação;

- Isolamento;
- Exposição pública;
- Comentários depreciativos;

contra pessoas que busquem acolhimento ou relatem situações de discriminação.

A prática de retaliação constituirá infração autônoma ao presente protocolo.

Anexo I — Fluxograma de Atendimento

Fluxograma de Acolhimento do CONVIVER

Este fluxograma orienta, de forma clara e segura, o caminho de acolhimento, proteção, apuração e encaminhamento das denúncias de discriminação, preconceito e violência LGBTQIAPN+fobia no âmbito do Templo.

Denunciar é um direito. Acolher é um dever. Silenciar nunca será uma opção institucional. Este fluxograma deve ser divulgado internamente e revisado periodicamente para assegurar sua efetividade.

1. Situação de Discriminação ou LGBTQIAPN+fobia

A pessoa vivencia ou presencia situações como:

- comentários preconceituosos;
- humilhações;
- exclusão;
- constrangimentos;
- perseguições;
- violência psicológica;
- desrespeito ao nome social;
- discriminação institucional;
- uso da espiritualidade para constranger ou inferiorizar pessoas LGBTQIAPN+.

2. Busca por Acolhimento

A pessoa poderá procurar:

- integrante da Comissão responsável pelo CONVIVER;
- o Diretor Espiritual do Templo;
- os sacerdotes e sacerdotisas;
- médium de confiança que realize o encaminhamento.

O acolhimento poderá ocorrer:

- presencialmente;
- de forma reservada;
- em ambiente seguro e sigiloso.

3. Acolhimento Inicial e Escuta Segura

A pessoa será:

- ouvida com respeito;
- acolhida sem julgamentos;
- tratada com dignidade;
- orientada sobre seus direitos institucionais e legais.

Diretrizes da escuta:

- sigilo e confidencialidade;
- escuta ética e humanizada;
- não revitimização;
- respeito ao tempo emocional da pessoa acolhida;
- ausência de pressão para denunciar.

4. Registro Institucional Sigiloso

Se autorizado pela pessoa acolhida:

- realização de registro interno;
- preservação da identidade;
- armazenamento restrito e seguro das informações.

O registro terá finalidade:

- protetiva;
- educativa;
- institucional.

5. Avaliação da Situação e Medidas de Proteção

A Comissão avaliará:

- existência de constrangimento contínuo;
- riscos emocionais ou institucionais;
- necessidade de medidas preventivas;
- impacto na convivência coletiva.

Poderão ser adotadas medidas como:

- orientação institucional;
- mediação ética;
- reorganização de funções ou escalas;
- afastamento cautelar preventivo, quando necessário;
- proteção contra exposição e retaliações.

6. Orientação e Encaminhamentos

A pessoa acolhida poderá receber:

- orientações sobre direitos;
- esclarecimentos sobre LGBTQIAPN+fobia;
- informações sobre canais externos de denúncia;
- apoio institucional;
- encaminhamento para rede de proteção, se desejar.

Quando necessário:

- Delegacia;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- órgãos de Direitos Humanos.

7. Apuração Institucional

Quando houver necessidade:

- escuta das partes envolvidas;
- análise ética e institucional da situação;
- preservação do contraditório;
- proteção contra exposições indevidas.

A apuração:

- não possui natureza criminal;
- não substitui investigação policial;
- busca avaliar compatibilidade da conduta com os princípios éticos do Templo.

8. Deliberação Institucional

A Diretoria e/ou Comissão poderá deliberar por:

- orientação educativa;
- advertência institucional;
- reorganização de convivência;
- afastamento cautelar;
- desligamento institucional em casos graves.

Sempre observando:

- dignidade humana;
- proteção coletiva;
- ética espiritual;
- responsabilidade institucional.

9. Acompanhamento e Educação Continuada

O Templo compromete-se a:

- acompanhar a pessoa acolhida;
- reforçar ações educativas;
- promover formação contínua;
- fortalecer convivência ética e respeito à diversidade.

Anexo II — Formulário de Acolhimento

Formulário de Registro e Acolhimento

⚠ Documento interno e sigiloso

Este formulário tem como finalidade registrar, de forma ética, respeitosa e confidencial, situações de discriminação, constrangimento, violência psicológica ou LGBTQIAPN+fobia ocorridas no âmbito do Templo Escola Pai João de Aruanda.

O acolhimento institucional existe para garantir escuta, proteção, orientação e cuidado, preservando a dignidade da pessoa acolhida e promovendo convivência ética no ambiente espiritual.

Nada do que for relatado aqui será tratado com julgamento, exposição ou desrespeito.

1. Autorização para Registro

Você autoriza o registro sigiloso deste acolhimento para fins de proteção institucional e acompanhamento da situação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

⚠ Mesmo sem autorização para registro detalhado, poderá haver registro mínimo e sigiloso para fins de proteção institucional.

2. Identificação da Pessoa Acolhida

Nome completo ou iniciais:

Nome social (se houver):

Qual o pronome de tratamento deseja que seja usado contigo?

Idade:

Telefone / WhatsApp:

Vínculo com o Templo:

- ☐ Médiun Associado(a)

- ☐ Sacerdote ou sacerdotisa

Qual dessas identidades LGBTQIAPN+ melhor lhe representa?

- ☐ Lésbica
- ☐ Gay
- ☐ Bissexual
- ☐ Transexual, Travesti e Transgênero
- ☐ Queer
- ☐ Intersexo
- ☐ Assexual
- ☐ Pansexual
- ☐ Não-binário
- ☐ outra (símbolo "+")

3. Espaço de Escuta – Relato da Situação

Este espaço é destinado para que você relate, da forma que se sentir confortável, o que aconteceu. Você não precisa lembrar de tudo agora. Pode falar apenas o que desejar neste momento.

(Registrar com as palavras da pessoa acolhida, sem interpretações ou julgamentos.)

4. Como Você Está se Sentindo Neste Momento?

- ☐ Triste
- ☐ Confusa(o)
- ☐ Com medo
- ☐ Envergonhada(o)
- ☐ Ansiosa(o)
- ☐ Com raiva
- ☐ Aliviada(o) por falar
- ☐ Outro: _____

5. O Que Você Precisa Neste Momento?

- ☐ Apenas ser ouvida(o)
- ☐ Orientação institucional
- ☐ Proteção dentro do Templo

- ☐ Tempo para pensar
- ☐ Apoio emocional
- ☐ Outro: _____

6. Situação Relatada (marcar se aplicável)

A situação envolve:

- ☐ Comentários LGBTQIA+fóbicos
- ☐ Humilhação ou constrangimento
- ☐ Exclusão institucional
- ☐ Violência psicológica
- ☐ Desrespeito ao nome social
- ☐ "Brincadeiras" ofensivas
- ☐ Perseguição
- ☐ Discriminação religiosa
- ☐ Uso da espiritualidade para constranger
- ☐ Outro: _____

7. Existem Registros ou Testemunhas?

- ☐ Prints de mensagens
- ☐ Áudios ou vídeos
- ☐ Testemunhas
- ☐ Outros registros: _____
- ☐ Não possui ou não deseja informar neste momento

⚠ A ausência de provas materiais não impede o acolhimento institucional.

8. Orientações Prestadas Durante o Acolhimento

- ☐ Explicação sobre o CONVIVER
- ☐ Orientação sobre direitos
- ☐ Informações sobre LGBTQIAPN+fobia
- ☐ Informação sobre canais externos de denúncia
- ☐ Oferta de acompanhamento institucional
- ☐ Outro: _____

9. Encaminhamentos Institucionais

- ☐ Registro interno sigiloso
- ☐ Encaminhamento à Comissão responsável

- () Orientação institucional
- () Medidas preventivas de proteção
- () Acompanhamento institucional
- () Outro: _____

10. Declaração de Sigilo e Ética

Declaro que este acolhimento foi realizado de forma ética, respeitosa, humanizada e confidencial, sem julgamentos, constrangimentos ou revitimização.

Nome do(a) acolhedor(a):

Função:

- () Comissão CONVIVER
- () Dirigente espiritual
- () Sacerdote ou sacerdotisa
- () Outro: _____

Data:

Assinatura:

11. Encerramento do Acolhimento

Agradecemos sua confiança.

Nenhuma pessoa deve enfrentar discriminação, humilhação ou preconceito sozinha. O Templo Escola Pai João de Aruanda reafirma seu compromisso com o respeito, a dignidade humana e a convivência ética.

⚠ Este documento deverá ser guardado em local seguro, com acesso restrito e sigiloso.

Acolher é proteger. Respeitar é responsabilidade coletiva.

Ficha técnica

Elaboração do CONVIVER

Gleison Santos Cardozo

José Adilson Dantas

Comissão de Acolhimento

Ana Luisa Cerdeira de Santana
Dilene Figueira Nunes
José Adilson Dantas
Serena Turbay dos Reis
Thays Ferrari Puzzi

Consultoria Jurídica

Iran Sotero Turbay

Produção Material Gráfico

Gleison Santos Cardozo

Diretoria do Templo Escola Pai João de Aruanda

Dirigente Espiritual: José Adilson Dantas
Presidente: Gleison Santos Cardozo
Vice-presidente: Marcos Mesquita
Tesoureira: Dilene Nunes
2º Tesoureiro: Antônio Cremonez Junior
Secretária: Jaqueline Bernardo Luchesi
2º Secretária: Petra Vaz

Orientação Espiritual

Pai João de Aruanda

Leia este documento no site: <https://casadepaijoao.org.br/documentos/protocolo-conviver/>